

# **Regulamento de Tradição Académica do IPCB**

## **Siglas**

IPCB ou Instituto - Instituto Politécnico de Castelo Branco

FACAB ou Federação - Federação Académica do Instituto Politécnico de Castelo Branco

AE ou Associação - Associação de Estudantes de uma Escola do IPCB

DTA-FACAB - Departamento de Tradições Académicas da FACAB

## **Capítulo primeiro Conceitos**

### **Artº 1**

#### **Definições**

1 - Entende-se por “Praxe” e “Tradição Académica” o conjunto de usos e costumes realizado, com o objectivo de integrar os Estudantes do IPCB e estimular o convívio entre estes, independentemente do tempo ou local.

2 - “Espírito Académico” é a forma pessoal de sentir a Escola e o IPCB, de acordo com os regulamentos. Condição sem a qual não pode deixar de ser, relativamente ao Espírito Académico é o respeito pelo Estudante como ser humano, cidadão e colega, acima de qualquer hierarquia e contra todos os que atentarem contra a mesma.

3 - Entende-se por “Academia” o conjunto das comunidades das seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

4 - “Código de Praxe” é um conjunto de regras e regulamentos complementares, próprios do funcionamento das Tradições Académicas de cada Escola, nunca se sobrepondo ao presente Regulamento.

5 - “Adepto da Praxe” é todo o estudante do IPCB, matriculado numa das Escolas que compõe a Academia, em licenciatura, pós-graduação, mestrado ou curso de especialização tecnológica que adere na íntegra ao presente regulamento e ao Código de Praxe da Escola que frequenta.

§ Único – Estudantes a frequentar unidades curriculares ou inscritos em disciplinas singulares, são considerados para efeitos da presente categoria se constarem na

Listagem Geral da Praxe e se não foram proibidos de tal, pelos órgãos da praxe da respectiva escola.

6 - “Caloiro” é todo o Estudante que tenha preenchido o Formulário de Adesão Voluntária à Praxe, expressando o seu desejo de aderir às praxes de livre e espontânea vontade, tendo sido aceite pelos órgãos da praxe da respectiva escola.

7 - “Órgão da Praxe” é um grupo composto por Adeptos da Praxe, organizado e reconhecido dentro da respectiva Associação de Estudantes que, ao abrigo do presente regulamento, exerce, regula e fiscaliza a Praxe na sua Escola.

8 - “Representantes Máximos da Praxe” são o colectivo de Dux Veteranorum de cada Escola.

9 - “Praxante” é todo e qualquer Adepto da Praxe que solicite a um outro Adepto da Praxe, conforme a ocorrência e hierarquia, a realização de determinada tarefa ou o cumprimento de algo sob determinado regulamento.

10 - “Praxado” é todo e qualquer Adepto da Praxe que aceite a realização de determinada acção, a pedido de um Praxante.

11 - “Actos de Praxe” são todas as acções em que é estabelecida uma relação entre Praxante e Praxado, através de *mobilização* ou aceitação do Praxado face a um pedido do Praxante.

12 - Entende-se por “mobilização” todos os actos que levem um “Praxado”, a pedido de um “Praxante”, a dirigir-se a um qualquer local.

## **Capítulo segundo**

# **Definição e Objectivos**

### **Artº 2**

#### **Génese de usos e costumes**

1 - A Praxe tem na sua génese um espírito de solidariedade, integração, educação e entreajuda entre Estudantes, não devendo nunca servir de veículo ou justificação para actos de violência e/ou humilhação.

2 - Aderir à Praxe ou cumprir com os seus pressupostos, é uma opção tomada em consciência, sendo responsabilidade do aderente informar-se devidamente sobre o que isso implica.

### **Artº 3**

#### **Simbologia**

O símbolo da Praxe Académica é a colher de pau.

Artº 4  
Da finalidade e objectivo

A Praxe tem como finalidade e objectivos:

- a) Criar boas condições para a integração dos Estudantes do IPCB através das Tradições Académicas;
- b) Contribuir para a união da Academia através do respeito, civismo e Espírito Académico;
- c) Educar para a representatividade estudantil e sensibilizar os Estudantes dos seus deveres e direitos como parte integrante que são da comunidade do IPCB;
- d) Promover actividades culturais, desportivas e lúdicas que facilitem o cumprimento dos objectivos do presente artigo;
- e) Ensinar e estimular para o trabalho e a convivência em grupo;
- f) Dar a conhecer a região através de roteiros;
- g) Estimular a convivência entre novos, actuais e antigos Estudantes, bem como com funcionários e docentes;
- h) Atribuir ao Caloiro uma segunda família, a académica, em quem se apoiar enquanto estudante e indivíduo;
- i) Perpetuar a transmissão de conhecimentos, usos e costumes;
- j) Instigar o Estudante a primar pela pontualidade e assiduidade.

## **Capítulo terceiro**

# **O exercício da Praxe**

Artº 5  
Do Exercício

1 - O presente regulamento apenas reconhece o direito à realização de Actos de Praxe, aos Adeptos da Praxe, conforme definido em “Conceitos” no artº 1.

§ Único – Só podem praxar, os Praxantes que cumpriram as penas que lhe foram atribuídas no Tribunal, realizado pelos órgãos da praxe da respectiva Escola.

2 - Durante a Praxe, cada Adepto da Praxe respeitará a Hierarquia da sua Escola, tendo como base o presente Regulamento e o seu Código de Praxe.

3 - Não são permitidos ou tolerados actos, ao abrigo da Praxe, que firam a dignidade de qualquer Estudante, que ameacem a sua integridade física e/ou moral nem quaisquer outras actividades que possam levar à humilhação ou à anulação dos direitos constitucionais.

4 - Nenhum Praxante, em quaisquer condições, se apresentará encapuçado ou envergará qualquer objecto que impeça o seu reconhecimento. Sendo solicitada identificação da Escola a que pertence, por parte do Praxado, esta deve ser obrigatoriamente apresentada, caso

contrário o Acto de Praxe é nulo e o seu autor fica proibido de realizar qualquer outra actividade ao abrigo do presente regulamento.

5 - Os seguintes actos estão expressamente proibidos:

- a) Praxes a Caloiros em que o Praxante aparentar estar sob a influência de substâncias que possam alterar o seu comportamento ou julgamento;
- b) Praxes que obriguem um ou vários Caloiros a faltar às aulas;
- c) Associar o nome do IPCB, das Escolas, da FACAB ou suas Associações de Estudantes a expressões, manifestações ou cânticos que não dignifiquem as instituições ou o bom nome dos Estudantes da Academia;
- d) Actividades que exponham os seus participantes a substâncias e situações potencialmente perigosas para a sua integridade física e psicológica.

6 - Nenhum Caloiro poderá ser submetido à Praxe contra a sua livre e espontânea vontade, sendo livre de se auto-excluir a qualquer momento, sem receio de represálias.

7 - É permitido e aconselhável aos Adeptos da Praxe, proporem a qualquer órgão da praxe sugestões de actividades, por escrito, que gostariam de ver concretizadas, de forma a mobilizar mais Caloiros e para partilharem outras experiências e novas convivências. Estas propostas são discutidas nos órgãos da praxe na presença ou não do proponente, que receberá sempre uma resposta por escrito à proposta apresentada.

8 - A Praxe é realizada habitualmente nas localidades onde o IPCB possui Unidades Orgânicas, não sendo no entanto limitada a estas localidades sempre que, pontualmente, os Órgãos da Praxe assim determinem, para efeitos do cumprimento dos seus objectivos.

#### Artº 6

##### Autorização de funcionamento da Praxe

1 - Para que seja realizada Praxe numa Escola, é reconhecida autoridade pela FACAB aos respectivos órgãos da praxe, para a coordenar e regular e, por consequência, a toda a comunidade daquela Escola.

2 - A autorização é automaticamente renovada, para o ano lectivo seguinte, se os documentos exigidos no Programa de Actividades Académicas estiverem todos arquivados na FACAB e não estejam pendentes penalizações aos órgãos da praxe em questão.

3 - A autorização de funcionamento pode ser revogada a qualquer órgão da praxe, pelo Presidente do IPCB, pelo Director da Escola ou pela FACAB, em reunião convocada expressamente para o efeito, na presença de todos os anteriores bem como respectiva Associação de Estudantes e Representantes da Praxe.

4 - Em caso de revogação da autorização, por tempo limitado ou indeterminado, a respectiva comunidade escolar estará impedida de representar a sua Escola, em todas e quaisquer actividades tradicionais académicas estudantis.

Artº 7  
Listagem geral da Praxe

1 – É a lista onde figuram, com base em registos passados e presentes, quem é considerado Adepto da Praxe e se encontra apto para a realizar.

2 – Nesta lista figuram os seguintes dados:

- a) Listagem de todos os Adeptos da Praxe com duas ou mais matrículas aptos para praxar;
- b) Actividades principais em que participou bem como respectiva pena no seu ano e estado de cumprimento da mesma;
- c) Privação de regalias, se as houver;
- d) Referência a quem é o Padrinho ou Madrinha;
- e) Estatuto especial (se aplicável).

§ Único – Esta listagem é obrigatória a partir do ano lectivo de 2011/2012.

3 - Constará ainda uma listagem actualizada dos Caloiros que integram a praxe, no corrente ano lectivo.

Artº 8  
Preferência e disputas na Praxe

1 - O Praxante com mais matrículas terá sempre preferência sobre outros com menos matrículas na praxe, podendo no entanto suceder-se várias situações:

- a) Se o Adepto da Praxe (X) tiver mais matrículas (adquiridas normalmente e/ou reconhecidas pelos órgãos da praxe) do que o Adepto da Praxe (Y), terá o Adepto da Praxe (X) preferência na praxe.

§ Único – Ambos os casos, devem ignorar o título hierárquico dos Adeptos da Praxe valendo única e exclusivamente o número de matrículas de ambos para resolver a disputa.

- b) Um Praxante (A) do mesmo curso que o Caloiro (a) que queira praxar, terá sempre preferência sobre outro Praxante (B) que tenha as mesmas matrículas e que não seja do mesmo curso que o Caloiro (a).

§ Único – Caso não pertençam ao mesmo curso que o Caloiro, tem preferência o que praxou primeiro.

2 - Deverão os Praxantes fazer uso do bom senso, esforçando-se para encontrar uma solução diplomática, coerente e respeitadora, não devendo desautorizar-se na presença do Caloiro.

§ Único – Praxantes identificados em “disputas de praxe” na presença de Caloiros, estão sujeitos a sanções a aplicar pelos órgãos da praxe.

3 - Estão isentos das limitações anteriores deste artigo:

a) O(a) Dux Veteranorum, tendo preferência de praxe sobre qualquer outro Adepto da Praxe, independentemente do seu número de matrículas, ou seja:

l) Em situação que o(a) Dux Veteranorum tendo por exemplo cinco matrículas, face a um qualquer Praxante com sete, o(a) Dux Veteranorum terá sempre mais autoridade para praxar, devido à responsabilidade que lhe cabe.

b) Os elementos integrantes dos órgãos da praxe, caso o seu Código de Praxe o indique;

#### Artº 9 A Postura

1 - Todos os que aderem à Praxe reconhecem que se apresentam como representantes da sua Escola e do IPCB e devem comportar-se como tal.

2 – Um Adepto da Praxe com mais matrículas deve adoptar a postura que considere mais apropriada de forma a conseguir que os Caloiros cumpram os objectivos estipulados nos Regulamentos, nunca esquecendo que o respeito pela condição de Estudante está acima da de Caloiro ou Adepto da Praxe.

3 – Deverão ser tomados em consideração, no entanto, os seguintes factores:

- a) Natureza, esta define-se como origem, estatuto socioeconómico, cultural, religioso;
- b) Personalidade, define-se como tudo aquilo que distingue um indivíduo de outros indivíduos ou seja o conjunto de características psicológicas que determinam a sua individualidade pessoal e social;
- c) Idade, define-se como a maturidade ou imaturidade de cada um, condicionante à predisposição do mesmo;
- d) Condição especial, abrange estatuto de trabalhador-estudante, antecedentes a situações pessoais/familiares que o Caloiro possa estar a atravessar, problemas/condições de saúde e bem-estar físico e/ou psicológico.

§ Único - Em caso de dúvida específica, relativa a qualquer Caloiro, o Praxante deve questionar directamente os respectivos órgãos da praxe.

4 – O papel/postura a adoptar por parte do Praxante deverá adequar-se a cada situação nunca pondo em risco o bem-estar do Caloiro, tendo em conta os factores delineados no ponto anterior, mas ao mesmo tempo não deixando passar impunes actos que possam ser pessoalmente considerados como insolentes ou outros que de uma forma geral sejam uma ofensa ao Espírito da Academia.

#### Artº 10 Duração do período de Praxe

1 - Dentro das Escolas, o período de praxe, limita-se a três semanas, sendo duas após o dia que marca o início do ano lectivo para os Caloiros e, uma terceira aquando das colocações da segunda fase, sendo que durante estas semanas as actividades de praxe não podem, em circunstância alguma, perturbar o normal funcionamento das actividades lectivas.

2 - Após as três semanas, não são permitidos quaisquer actos de praxe nas Escolas.

3 - Desde que autorizadas pelo Director da respectiva Escola, e de acordo com os procedimentos em vigor, poderão ter lugar as seguintes actividades:

- a) Reuniões em salas de aula ou auditórios;
- b) Afixação de documentação relativa à praxe, de interesse para a comunidade;
- c) Utilização das instalações escolares para preparativo de eventos e/ou actividades relacionadas com as tradições académicas;
- d) Realização de convívios, que promovem a integração dos Caloiros na comunidade estudantil da sua escola e das restantes escolas.

## **Capítulo quarto**

# **Organização**

### Artº 11 Definição

A Praxe contempla duas realidades em termos organizacionais:

- a) A interna, limita-se à aplicação da praxe e cumprimento dos seus regulamentos por cada comunidade escolar, individualmente;
- b) A externa, a forma como cada comunidade escolar se integra com as restantes, para formar a Academia.

## **Secção primeira**

### **Estrutura Interna**

### Artº 12 Hierarquia estudantil na Praxe

1 - Entenda-se a Hierarquia da Praxe como uma estrutura de crescente responsabilidade na transmissão das tradições e ensinamentos, por parte das gerações mais velhas (mais matrículas) às gerações mais novas (menos matrículas).

2 - Devem os Praxantes fazer uso das suas matrículas de forma a melhor educar e integrar os Caloiros para o espírito da Escola e da Academia. Sendo que quanto maior o número de matrículas, maior é a responsabilidade do Adepto da Praxe para que não haja abusos mas sim respeito pela Tradição Académica e seus regulamentos.

3 - Os Códigos de Praxe poderão clarificar e aprofundar competências, no entanto a estrutura base da hierarquia nas Escolas do IPCB funciona da seguinte forma, decrescente em termos de responsabilidade:

- a) Dux Veteranorum;
- b) Presidente do Conselho de Veteranos ou órgão de praxe único equivalente;
- c) Presidente e Respectiva Comissão de Praxe, caso se aplique;
- d) Adeptos da Praxe com duas ou mais matrículas, em vários graus;
- e) Caloiro.

## **Sub-Secção primeira**

### **Órgãos da Praxe**

#### Artº 13 Definição

Em cada Escola existirá pelo menos um e não mais de dois, órgãos da praxe responsáveis pelo cumprimento dos regulamentos e pela operacionalização das Tradições Académicas.

#### Artº 14 Constituição

1 - Os órgãos da praxe de cada Escola, existem na forma de secções, núcleos ou departamentos, integrados nas respectivas Associações de Estudantes, que criarão condições para o desenvolvimento do legítimo trabalho dos mesmos.

2 - Em situações excepcionais, pode a Federação integrar ou criar órgãos da praxe, desde que assim deliberado pelo Conselho Federativo.

3 - A forma de integração dos órgãos de praxe nas estruturas, é vinculada no respectivo Código de Praxe.

#### Artº 15 Mandatos

1 - Os órgãos da praxe, pela natureza excepcional dos seus objectivos, funcionam com mandatos anuais, sendo empossados nas respectivas AEs até ao final do mês de Maio.

§ Único - Porque as Associações de Estudantes funcionam com mandatos por anos civis, estas implementarão mecanismos que permitam a integração nas suas estruturas, conforme o anterior.



2 - Os elementos que integram órgãos da praxe são empossados até ao final do mês de Maio e a sua eleição ou nomeação é definida nos respectivos Códigos de Praxe.

3 - As Associações de Estudantes são directamente responsáveis pela fiscalização do processo contemplado no presente artigo e cabe-lhes assegurar que os prazos são cumpridos.

#### Artº 16

##### Funcionamento interno

1 - Os órgãos da praxe são colegiais e compostos por não menos de cinco Adeptos da Praxe, incluindo o(a) Dux Veteranorum, tendo como missão cumprir e fazer cumprir o presente regulamento.

2 - Todos os Adeptos da Praxe que integram os órgãos da praxe terão um cargo associado, devendo existir pelo menos os seguintes cargos em cada órgão da praxe:

- a) Um Presidente, que gere os trabalhos e coordena as sessões;
- b) Um Secretário que regista as reuniões por meio de acta;
- c) Um Tesoureiro, responsável pela gestão financeira e controlo de inventário;
- d) Colaboradores executivos, responsáveis pela operacionalização das actividades.

§ Único - O cargo de Dux Veteranorum está acima de todos os cargos anteriores, independentemente do número de órgãos de praxe existentes na Escola.

3 - Podem ser criados outros cargos para além dos anteriores, desde que as denominações e funções sejam enunciadas no respectivo Código de Praxe.

4 - No caso de existirem dois órgãos de praxe numa Escola, ambos têm o dever de se organizarem de forma a que a aplicação da Praxe seja uniforme, digna e pacífica, caso contrário poderão estar sujeitos a penalizações a aplicar pela respectiva Associação de Estudantes ou FACAB.

5 - A forma como cada órgão de praxe gere as suas finanças e as mesmas são transmitidas de mandato para mandato está vinculada nos respectivos Códigos de Praxe.

#### Artº 17

##### Programa de Actividades Académicas

1 - Cada órgão de praxe produzirá por mandato um Programa de Actividades Académicas (P.A.A.) no qual compilará a seguinte informação:

- a) Um manifesto das intenções principais dos órgãos da praxe, para o seu mandato;
- b) Uma cópia do auto de tomada de posse de todos os seus elementos na respectiva Associação de Estudantes;

- c) Uma listagem de todos os seus elementos, nos respectivos cargos que desempenham acompanhados do respectivo número interno do IPCB;
- d) Uma listagem de actividades propostas para o seu mandato, a realizar com os Caloiros/comunidade escolar;
- e) Uma listagem de todos os Caloiros que voluntariamente aderiram à praxe da sua Escola, acompanhada de número interno do IPCB;
- f) Um relatório sobre o exercício do seu mandato, contendo sugestões de melhoria de funcionamento sobre quaisquer estruturas, actividades que foram ou não realizadas, bem como aspectos positivos e/ou negativos decorrentes do seu mandato.

2 - Os documentos referidos nas alíneas a) a d) serão remetidos para a FACAB até sete dias úteis depois do início de cada ano lectivo.

§ Único - Considera-se que o ano lectivo tem início no primeiro dia de aulas vinculado no calendário escolar do IPCB.

3 - Os documentos nas alíneas e) e f), serão enviados para a FACAB até ao final do mandato dos órgãos da praxe em funções.

§ Único - A listagem dos Caloiros deve ser mantida actualizada, podendo ser solicitada a qualquer altura pela FACAB ou Associação de Estudantes.

## Artº 18 Deveres

1 - Os órgãos da praxe têm como deveres:

- a) Assegurar a segurança e o bem-estar dos Caloiros nas actividades que promoverem;
- b) Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento e os da respectiva Escola e IPCB;
- c) Elaborar, respeitar e alterar o seu regulamento interno de funcionamento, propondo-o à Associação de Estudantes;
- d) Prestar contas à respectiva Associação de Estudantes de todas as receitas e despesas;
- e) Supervisionar a acção dos Caloiros que estiverem à sua responsabilidade, sempre que na sua presença;
- f) Registar todas as suas reuniões e assembleias por meio de acta bem como a assiduidade dos seus elementos;
- g) O arquivo, salvaguarda e protecção de todos os documentos respeitantes aos Caloiros, especialmente se tal envolver registos médicos;
- h) Zelar pelo bom nome do IPCB, da Escola, FACAB e respectiva Associação de Estudantes;
- i) Responder por escrito, em tempo útil, a todos os pedidos, sugestões e/ou queixas que lhes façam chegar;
- j) Sensibilizar toda a comunidade escolar para o presente regulamento;
- l) Fiscalizar a respectiva comunidade escolar no que respeita a todos os Adeptos da Praxe;

- m) Manter um registo de todos os Caloiros que poderão praxar no futuro, actualizando o seu percurso sempre que necessário e arquivando anualmente os mesmos;
- n) Zelar pelo bom funcionamento de todas as actividades que realizem;
- o) Facultar a todos os Caloiros o presente regulamento bem como o Código de Praxe da respectiva Escola;
- p) Fiscalizar o uso do Traje Académico aplicando sanções a quem não cumprir com o estipulado, conforme o respectivo Código de Praxe;
- q) Fornecer à respectiva Associação de Estudantes ou FACAB toda e qualquer documentação que lhes seja solicitada, excepto registos médicos;
- r) Cumprir as indicações do DTA-FACAB;
- s) Informar e esclarecer sempre que questionado sobre o funcionamento da Praxe na respectiva Escola;
- t) Os demais que sejam conferidos pelo respectivo Código de Praxe que não contrariem os presentes.

#### Artº 19 Responsabilidades

- 1 - Em todas as situações em que os órgãos da praxe estejam acompanhados dos seus Caloiros, são responsáveis pela conduta colectiva do seu órgão bem como da dos próprios Caloiros, independentemente de serem ou não os organizadores.
- 2 - Os elementos pertencentes aos órgãos da praxe são co-responsáveis, por todas as decisões tomadas pelo órgão e pelas actividades por si organizadas, realizadas ou integradas, que envolvam Caloiros da sua Escola.
- 3 - Dentro dos espaços escolares, os organizadores de eventos da praxe são responsáveis por danos materiais que decorram da actividade, caso o culpado não seja identificado.
- 4 - Como dignos representantes da sua Escola, nenhum elemento pertencente a um órgão da praxe praxará um Caloiro, enquanto aparentar estar sob a influência de substâncias que possam alterar o seu comportamento ou julgamento.
- 5 - Individualmente os elementos dos órgãos da praxe, devem adoptar uma postura responsável e de defesa dos valores do presente regulamento, no que respeita aos usos e costumes e à condição de estudante.

#### Artº 20 Direitos

Os órgãos da praxe têm direito a:

- a) Realizar as actividades a que se propuseram no início do ano, desde que não tenha sido revogada a autorização de funcionamento;
- b) Integrar a FACAB e as Associações de Estudantes, em organismos criados especificamente para esse efeito;
- c) Apresentar à FACAB qualquer proposta, relacionada com as Tradições Académicas que considerem necessária de parecer, arbitragem ou implementação;
- d) Beneficiar das instalações das Escolas para cumprimento dos seus objectivos.

Artº 21  
Elementos identificativos

- 1 - Todos os elementos integrantes dos órgãos da praxe terão uma identificação específica, uniformizada mas formatada para cada Escola, representativa da autoridade e responsabilidade.
- 2 - A identificação será proposta, elaborada, aprovada e distribuída pelo DTA-FACAB.
- 3 - A identificação é de uso obrigatório, reservada aos elementos dos órgãos da praxe do corrente ano lectivo e a sua utilização indevida pode implicar sanções disciplinares.

Artº 22  
Dux Veteranorum

- 1 - “Dux Veteranorum” é a categoria honorífica atribuída ao Adepto da Praxe que representa os órgãos da praxe de uma Escola e é eleito ou nomeado consoante o seu Código de Praxe.
- 2 - O(a) Dux Veteranorum é empossado até ao final do mês de Maio, nas condições estipuladas no respectivo Código de Praxe.
- 3 - Na qualidade de representante máximo das Tradições Académicas da sua Escola, tem como deveres:
  - a) Zelar pelo cumprimento e aplicação do presente Regulamento;
  - b) Representar as Tradições Académicas da sua Escola em todos os actos institucionais relacionados com a Praxe e representa-a nos demais;
  - c) Supervisionar os órgãos da Praxe da sua Escola e representá-los perante a FACAB;
  - d) Sensibilizar a sua comunidade para os objectivos e ideais da Praxe;
  - e) Responsabilizar-se, sempre que na sua presença, seja realizada Praxe.
- 4 - No caso de existirem dois órgãos da praxe na sua Escola, o(a) Dux Veteranorum, integra-os a todos, tendo como principal dever, criar condições para o bom funcionamento da Praxe e agir como elemento unificador da aplicação dos regulamentos e da Praxe em geral.
- 5 - O(a) Dux Veteranorum pode ser destituído caso o seu comportamento não dignifique a Escola que representa ou não cumpra com os regulamentos, sob requerimento a apresentar ao Presidente da Associação, pela FACAB ou qualquer Estudante ou Sócio da respectiva AE.

Artº 23  
Destituição

Qualquer elemento dos órgãos da praxe, pode e deve ser destituído caso o seu comportamento não dignifique a Escola que representa ou não cumpra com as funções que lhe foram atribuídas, sob requerimento a apresentar ao(a) Dux Veteranorum por qualquer Estudante, Associação de Estudantes ou FACAB.

§ Único - Este artigo não se aplica ao(a) Dux Veteranorum, havendo para tal uma indicação específica no artº 22 ponto 5.

## **Sub-Secção segunda**

### **Adeptos da Praxe com duas ou mais matrículas**

#### **Artº 24** **Definição**

1 - Todos os Adeptos da Praxe com mais de uma matrícula no IPCB terão uma designação específica, própria de cada Escola, atribuída através do Código de Praxe, consoante o número de matrículas que apresentem.

2 - Devem estes Adeptos da Praxe fazer uso das suas matrículas de forma a melhor integrar os colegas da sua Escola, sendo que quanto maior o número de matrículas, maior é a responsabilidade do Adepto da Praxe para que não haja abusos, mas sim respeito pelos Regulamentos e pela Praxe.

#### **Artº 25** **Deveres**

Todos os Estudantes que aderem à Praxe e nela se encontram:

- a) Estão obrigados a cumprir na íntegra o disposto no presente Regulamento e respectivo Código de Praxe;
- b) Aceitarão as indicações dos respectivos órgãos da praxe e em caso de desacordo apresentarão queixa à Associação de Estudantes ou FACAB;
- c) Não realizarão a praxe a Caloiros enquanto aparentarem estar sob a influência de substâncias que possam alterar o seu comportamento ou julgamento;
- d) Reconhecem a FACAB como entidade mediadora de conflitos e a sua Associação de Estudantes como organismo regulador.

#### **Artº 26** **Padrinho/Madrinha Académico(a)**

1 - Em cada escola o Caloiro terá direito a um Padrinho ou Madrinha que assuma como responsabilidade contribuir para consolidar a sua integração, assim como auxiliar o Caloiro no seu percurso escolar, atendendo às suas necessidades/dúvidas perante o curso, Escola e Academia.

2 - Este papel é sempre desempenhado por um Adepto da Praxe com mais matrículas, e é atribuído consoante as regras fixadas no respectivo Código de Praxe.

3 - O(a) Padrinho/Madrinha Académico(a) deverá ser uma referência para o seu afilhado/a, tendo como objectivo instruí-lo(a) e integrá-lo(a) durante o seu percurso académico.

## **Sub-Secção terceira**

### **O Caloiro**

#### **Artº 27** **Definição**

Tem a designação “Caloiro”, todo o estudante, regularmente matriculado no IPCB, que aderiu voluntariamente ao Programa de Tradições Académicas da sua respectiva escola, através do Formulário de Adesão Voluntária à Praxe, modelo de concordância emitido pelo órgão competente da FACAB.

#### Artº 28 Percurso do Caloiro

1 - Para o Caloiro, o seu percurso na praxe não estará concluído sem participar nas seguintes actividades:

- a) Baptismo
- b) Cortejo da Latada
- c) Praxe de integração ordinária
- d) Tribunal Académico
- e) Cortejo do Enterro do Caloiro

2 - Caso um Caloiro não se apresente em uma ou mesmo qualquer uma das actividades anteriores, os órgãos da praxe devem deliberar quanto à solução a aplicar, consoante o respectivo Código de Praxe.

#### Artº 29 Deveres

O Caloiro de uma Escola do IPCB deve:

- a) Informar-se e seguir todo o conjunto de regulamentos e deveres afixados pelo IPCB;
- b) Informar-se de todos os documentos que digam respeito à Praxe da sua Escola;
- c) Auto-excluir-se de tudo o que ponha em risco a sua integridade física/moral;
- d) Ter sempre consigo uma cópia do seu Código de Praxe, facultado pelos respectivos órgãos da praxe;
- e) Solicitar identificação da respectiva Escola, a um Praxante, sempre que considere necessário, de forma a assegurar-se que o mesmo é estudante do IPCB no ano corrente;
- f) Abster-se de faltar às aulas para participar nas Praxes;
- g) Abster-se de trajar ou envergar indumentária semelhante se tal assim for considerado pelos respectivos órgãos da praxe, até à conclusão do seu percurso como Caloiro;
- h) Reportar/comunicar aos órgãos da praxe, Associação de Estudantes ou FACAB, todas as situações anómalas, de conflito com os Praxantes ou de incumprimento ao presente Regulamento.

#### Artº 30 Estatutos Especiais

1 - Poderão ser considerados merecedores de "estatuto especial" Caloiros casados, militares, grávidas, trabalhadores estudante, dirigentes associativos ou quaisquer outros que os órgãos da praxe considerem por bem abranger.

2 - Cada proposta de Estatuto Especial será avaliada pelos órgãos da praxe, ouvindo o proponente em reunião convocada para o efeito, onde este deverá apresentar provas que justifiquem o pedido.

3 – Caso o estatuto seja aprovado em reunião, por maioria dos elementos, o Caloiro pode ficar isento das obrigações que os órgãos da praxe entendam por bem considerar.

§ Único - Em Tribunal Académico a pena a atribuir a Caloiros com “estatuto especial” deverá atender à participação e empenho na praxe versus a especificidade do caso.

4 - Caso o veredicto seja negativo, deve o Caloiro ser encorajado a integrar-se como todos os outros Caloiros ou a declarar-se anti-praxe, já que não apresenta condições para cumprir com o Programa de Actividades Académicas.

5 - Em qualquer altura podem os órgãos da praxe revogar, sem recurso e/ou apelo, um estatuto previamente atribuído caso o Caloiro não demonstre interesse suficiente, devendo ser considerado Caloiro como qualquer outro.

§ Único – “Estatuto Especial” só será atribuído a um estudante enquanto durar a sua condição de Caloiro.

### **Sub-Secção quarta**

#### **Anti-praxe**

##### **Artº 31**

##### **Definição**

1 - É anti-praxe todo o Estudante do IPCB que não pretenda aderir às Praxes e Tradições Académicas existentes na respectiva Escola, como Caloiro ou em outra condição hierárquica.

2 - É ainda anti-praxe todo o Adepto da Praxe que tenha sido declarado como tal pelos órgãos da praxe, por conduta imprópria ou incumprimento regulamentar.

##### **Artº 32**

##### **Procedimento**

1 - Caso um Estudante se pretenda declarar anti-praxe, deverá preencher formulário próprio emitido pelo órgão competente da FACAB.

§ Único – Em situações em que um Estudante seja declarado anti-praxe, à revelia ou não do mesmo, bastará afixação pública do documento dos órgãos da praxe com a deliberação da decisão, expondo os motivos que levaram a tal.

## **Secção segunda**

### **Organização externa**

#### **Artº 33** **Definição**

No que respeita à integração externa dos órgãos da praxe, a sua organização institucional está ordenada em decrescente, da seguinte forma:

- a) Federação Académica do IPCB;
- b) Associação de Estudantes;
- c) Órgãos da Praxe.

## **Sub-Secção primeira**

### **FACAB**

#### **Artº 34** **Definição**

A Federação Académica do Instituto Politécnico de Castelo Branco é reconhecida como a estrutura organizadora ou fiscalizadora, dependendo da situação, de todos os actos e/ou eventos Académicos relacionados com os Estudantes do IPCB, por sua iniciativa ou através das suas Associações de Estudantes membro.

#### **Artº 35** **Competências**

1 - Cabe à FACAB a organização ou fiscalização dos seguintes eventos académicos tradicionais, ligados à Academia do IPCB:

- a) Recepção ao Caloiro;
- b) Cortejo da Latada;
- c) Enterro do Caloiro;
- d) Tradicional Serenata;
- e) Eleição dos Caloiros do IPCB;
- f) Semana Académica;
- g) Bênção das Pastas;

2 - Cabe exclusivamente à FACAB deliberar sobre a realização ou não das actividades listadas no ponto anterior.

3 - A FACAB pode e deve fiscalizar a conduta de qualquer órgão da praxe ou qualquer evento ou actividade organizado por estes.

#### **Artº 36** **Responsabilidades**

A FACAB tem como responsabilidade:



- a) Criar e manter uma estrutura que represente e promova a união dos vários órgãos das praxes das Escolas do IPCB;
- b) Desenvolver e implementar mecanismos que permitam a fiscalização das praxes e promover a correcta integração dos órgãos de tradição académica nas estruturas associativas;
- c) Remeter para o IPCB e para as Direcções das Escolas, as documentações enviadas pelas Praxes constantes no artº 17, ponto 1;
- d) Emitir pareceres aquando de propostas aos Códigos de Praxe;
- e) Propor sanções às Associações de Estudantes ou aplicá-las directamente aos órgãos da praxe, caso sejam detectados incumprimentos;
- f) Responder em tempo útil a todas as queixas ou solicitações que lhe sejam enviadas no âmbito do presente Regulamento.

## **Sub-Secção segunda**

### **Associação de Estudantes**

#### Artº 37 Definição

As Associações de Estudantes, são entidades representativas dos Estudantes nas várias Escolas do IPCB.

#### Artº 38 Responsabilidades

Como representantes dos Estudantes, as Associações devem desenvolver mecanismos e implementar regulamentação que permitam fiscalizar os actos e contas dos seus órgãos da praxe.

#### Artº 39 Deveres

1 - As Associações podem e devem aplicar penalizações aos respectivos órgãos da praxe sempre que tal se justifique.

2 - Apesar de não integrar directamente a hierarquia da Praxe, o Presidente da Associação de Estudantes assume um papel preponderante no bom funcionamento da mesma, na qualidade de representante máximo dos Estudantes da sua Escola.

§ Único - O Presidente da Associação de Estudantes tem direito, se assim entender, de assistir às reuniões de qualquer órgão da praxe da sua Escola, na qualidade de convidado, mas sempre sem direito a voto.

3 - Cabe ao Presidente e restantes elementos da Associação, certificarem-se que os objectivos do presente regulamento são implementados e cumpridos pelos respectivos órgãos da praxe.

4 - As Associações de Estudantes devem dar resposta em tempo útil a todas as queixas ou solicitações que lhe sejam enviadas no âmbito do presente Regulamento.

## **Capítulo quinto**

# **Códigos de Praxe**

### **Artº 40** **Definição**

Como enunciado em Conceitos, “Código de Praxe” é um conjunto de regras e regulamentos complementares, próprios do funcionamento das Tradições Académicas de cada Escola, nunca se sobrepondo ao presente Regulamento.

### **Artº 41** **Conteúdo**

1 - Tendo como base o presente regulamento, nos Códigos de Praxe constam:

- a) Definição do número de órgãos da praxe, sua denominação, responsabilidades, competências, deveres e procedimentos;
- b) Formas de admissão e exclusão de elementos nos órgãos da praxe;
- c) A hierarquia da Praxe da respectiva Escola e como se relacionam entre si os Adeptos da mesma;
- d) O procedimento para a integração na respectiva Associação de Estudantes como secção ou departamento, de forma a vincular estatutariamente os órgãos da praxe;
- e) Clarificação do método de nomeação ou eleição do(a) Dux Veteranorum e respectivo procedimento eleitoral;
- f) Constituição pormenorizada do Traje Académico da respectiva Escola, regras de uso e penalizações a atribuir ao incumprimento das mesmas;
- g) Definição da forma de fiscalização das Associações de Estudantes aos órgãos da praxe;
- h) Simbologia e formas de identificação dos órgãos da praxe;
- i) Todos os outros que sejam exigidos ao longo do presente regulamento.

2 - Os Códigos de Praxe aderem na íntegra ao presente regulamento.

§ Único – Os Códigos de Praxe que não cumprirem com o presente artigo terão que ser revistos segundo o procedimento do artigo seguinte, sendo a praxe na sua Escola suspensa até conclusão do processo.

Artº 42  
Implementação

1 - Para que os Códigos de Praxe estejam em vigor nas instalações do IPCB, têm que ser cumpridos os seguintes pontos, cumulativamente:

- a) A proposta encontra-se estruturada segundo modelo aprovado pelo DTA-FACAB;
- b) A proposta é apresentada pela Associação de Estudantes à FACAB para que seja verificada a conformidade com o actual Regulamento;
- c) É emitido parecer favorável da FACAB à proposta apresentada;
- d) É aprovado pela respectiva Associação de Estudantes;
- e) São enviadas pela AE cópias da acta de aprovação e código de praxe para a FACAB que, caso não detecte inconformidades, remete para conhecimento do Presidente do IPCB e Director da respectiva Escola.

2 - No final do processo a FACAB emite documento à respectiva AE, em como após verificação não detectou inconformidades na proposta, autorizando a praxe.

Artº 43  
Regime transitório

1 - Após aprovação do presente Regulamento, todos os Códigos de Praxe terão de ser posteriormente submetidos ao processo mencionado no ponto anterior, em período a definir pela FACAB.

## **Capítulo sexto**

# **Traje Académico**

Artº 44  
Definição

1 - O Traje Académico, além de ser o “uniforme” do Estudante de Ensino Superior, simboliza a igualdade entre todos os Estudantes e a Vida Académica.

2 – É reconhecido o direito de trajar a qualquer estudante de Ensino Superior, cabendo unicamente ao Estudante essa opção.

3 - Um Adepto da Praxe trajado, deve acima de tudo respeitar e obedecer às regras do Traje Académico veiculadas no Código de Praxe ou sujeitar-se a penalizações a aplicar pelos órgãos da praxe.

§ Único – As penalizações a aplicar incluem, mas não estão limitadas a advertência, proibição de praxar e declaração de anti-praxe.

## **Capítulo sétimo**

# **Actividades Académicas Tradicionais**

### **Artº 45** **Definição**

- 1 - As actividades académicas tradicionais são eventos especiais que mobilizam toda a Academia do IPCB.
- 2 - As Actividades Académicas Tradicionais estão divididas entre aquelas que englobam toda a Academia e as que são realizadas apenas no perímetro de cada Escola

### **Sub-secção primeira** **Na Academia**

#### **Artº 46** **Recepção ao Caloiro**

A Recepção ao Caloiro é o período de tempo em que a Academia dá as boas vindas aos novos Estudantes, realizando as mais diversas actividades, de forma a apresentar algumas das tradições académicas e a dar início à sua integração.

#### **Artº 47** **Cortejo da Latada**

- 1- A Latada é um cortejo alegórico, que conta com a presença de toda a Academia do IPCB, e é também um concurso entre as várias Escolas representadas pelos seus Caloiros.
- 2 - O Cortejo tem como objectivo apresentar os novos estudantes à cidade que acolhe o IPCB.
- 3 - O Cortejo tem um regulamento próprio emitido pela FACAB que vincula a responsabilidade de todos os participantes, principalmente dos Adeptos da Praxe.
- 4 - A participação neste evento implica a aceitação do Regulamento do Cortejo, o que deve estar de acordo com os princípios do presente regulamento.

Artº 48  
Cortejo do Enterro do Caloiro

Evento que decorre normalmente, antes da Semana Académica, e é no *terminus* deste Cortejo que o Caloiro deixa de o ser.

Artº 49  
Serenata

- 1 - A Serenata é um evento tradicional que normalmente dá início à Semana Académica.
- 2 - Tem início às zero horas, geralmente em frente à Câmara Municipal, por representar simbolicamente o distrito e a região que nos acolhe.

Artº 50  
Semana Académica

A Semana Académica é um evento cultural que tem como objectivo estimular o convívio da Academia com a Sociedade em geral.

Artº 51  
Bênção das Pastas

- 1 - A Missa da Bênção das Pastas é uma cerimónia religiosa normalmente presidida por Sua Reverência o Bispo da Diocese de Portalegre/Castelo Branco, celebrada em honra dos Finalistas dos diversos cursos.
- 2 - Os Finalistas devem fazer-se acompanhar das respectivas Pastas.
- 3 - São exclusivamente proibidas fitas de outras cores, exceptuando:
  - a) Curso;
  - b) Associação de Estudantes;
  - c) Federação Académica do IPCB;
  - d) Escola;
  - e) IPCB.

**Sub-secção segunda  
Nas Escolas**

Artº 52  
Baptismo

O Baptismo é o evento que visa iniciar oficialmente o Caloiro no caminho da praxe e é uma cerimónia (não solene) presidida pelo(a) Dux Veteranorum ou um seu substituto, organizada e gerida pelos órgãos da praxe, na qual devem estar presentes todos os Padrinhos e Madrinhas com os respectivos afilhados.

#### Artº 53

##### Praxe de Integração Ordinária

A praxe de integração ordinária visa transmitir ao Caloiro princípios de união, camaradagem, respeito e também proporcionar alguma diversão.

#### Artº 54

##### Tribunal Académico Ordinário

É o julgamento que visa avaliar especificamente, a conduta dos Caloiros ao longo do ano lectivo, sendo presidido pelo(a) Dux Veteranorum ou seu representante.

#### Artº 55

##### Queima das Fitas

A Queima das Fitas é um evento onde os Adeptos da Praxe, deixarão simbolicamente a vida académica e o ensino superior para trás, terminando o ciclo iniciado no Baptismo.

## **Capítulo Nono**

# **Disposições Finais**

#### Artº 56

##### Incumprimentos

1 - Ao incumprimento de deveres, responsabilidades ou seguimento das regras estipuladas no presente Regulamento, por parte do(a) Dux Veteranorum, qualquer órgão da praxe ou seus integrantes, pode ser revogada a Autorização de Praxe na respectiva Escola, por período indeterminado.

§ Único – Os actos que levarem à suspensão da praxe numa Escola, não afectam outras que não tenham incorrido nos mesmos incumprimentos.

2 - O não cumprimento do estipulado no presente regulamento por parte de qualquer Adepto da Praxe, dependendo da situação e da sua gravidade, poderá implicar responsabilização disciplinar, civil e/ou criminal do Praxante.

#### Artº 57

## Casos Omissos

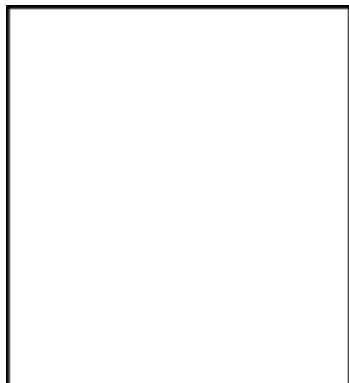
Todos os casos não previstos pelo presente regulamento, havendo necessidade, serão alvo de análise e deliberação por parte do DTA-FACAB.

## Artº 58

### Disposições finais

1 - Toda a Comunidade escolar é co-responsável no que respeita a fazer cumprir o presente regulamento.

2 - Todas as notificações de incumprimentos ao presente regulamento podem ser encaminhadas para a FACAB ou respectivas Associações de Estudantes, que se comprometem a dar o tratamento adequado e uma resposta às mesmas, em tempo útil.



**Ficha Individual do Caloiro**  
Formulário de adesão voluntária à Praxe  
**[ESA, ESART, ESALD, ESE, ESG ou EST]**

Eu \_\_\_\_\_ (nome completo), do curso de \_\_\_\_\_, estudante da Escola Superior **[PREENCHER COM O NOME DA ESCOLA, NÃO ESQUECENDO O "de" SE SE APLICAR.]** do IPCB, com o número interno do IPCB \_\_\_\_\_, e número de telemóvel \_\_\_\_\_, declaro que aceito participar de livre vontade nas actividades de Tradição Académica desta Instituição e do IPCB, de acordo com o seu Espírito bem como Regulamentos e Códigos dos quais me considero plenamente esclarecido(a).

Mais declaro que estou plenamente consciente que todos esses eventos e actividades são puramente opcionais, sabendo que posso auto-excluir-me caso não concorde ou de qualquer forma sinta o meu bem-estar físico e/ou moral ameaçado.

As seguintes condições (médicas, profissionais, pessoais, familiares, outros) impedem-me de realizar determinadas actividades:

---



---

nota: o Caloiro deverá apresentar atestado médico/prova em como padece de condição impeditiva a certas praxes, a anexar a esta ficha.

- ☐ Período Tradicional (todo o ano)  
☐ Período do IPCB (2+1 Semanas)

O **[NOME DO ÓRGÃO DA PRAXE QUE ARQUIVA O DOCUMENTO]** e a Associação de Estudantes comprometem-se a não divulgar os dados privados aqui referenciados.

\_\_\_\_\_  
( O Caloiro)

\_\_\_\_\_  
(O(a) Dux)



## **Declaração de Auto-Exclusão da Tradição Académica no IPCB**

Eu, \_\_\_\_\_  
estudante da Escola Superior **[PREENCHER COM O NOME DA ESCOLA, NÃO  
ESQUECENDO O "de" SE SE APLICAR.]** do Curso \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, com o n.º interno do IPCB \_\_\_\_\_ venho por este  
meio declarar-me Anti-Praxe.

Como tal, assinando esta declaração, renuncio o Código de Praxe e como consequência à Praxe, Actividades Académicas e outras Actividades que se identifiquem com o Espírito Académico.

Não participarei nas Tradições Académicas da Escola Superior **[PREENCHER COM O NOME  
DA ESCOLA, NÃO ESQUECENDO O "de" SE SE APLICAR.]**, tais como o Baptismo do Caloiro, Cortejo da Latada, Enterro do Caloiro e Serenata.

Não pertencerei a Grupos Tradicionais Académicos, tais como **[INSERIR NOME DOS  
ÓRGÃOS DE PRAXE EXISTENTES NA ESCOLA]**.

Concordo com os pontos acima descritos e abaixo assino:

\_\_\_\_\_  
( O Anti-Praxe)

\_\_\_\_\_  
(O(a) Dux)

Castelo Branco, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_\_\_

Aos dezassete dias do mês de Janeiro de 2012 procedeu-se à aprovação do presente documento, que regulamenta as actividades relacionadas com as tradições académicas da comunidade estudantil do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), que vai ser assinado pelo representante da FACAB e pelos representantes das AE's, na presença do Presidente do IPCB.

O Presidente da FACAB

---

O Presidente da AEESA-IPCB

---

O Presidente da AEEALD-IPCB

---

O Presidente da AEEART-IPCB

---

O Presidente da AEESE-IPCB

---

O Presidente da AEEAG-IPCB

---

O Presidente da AEEAT-IPCB

---

Instituto Politécnico de Castelo Branco, 17 de janeiro de 2012

\*

Nota: O Representante da AEESA-IPCB, Filipe Antunes, presente na reunião, derivado a questões internas remeteu para a próxima Direcção a assinatura do presente documento.